

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

DARLINE HOFFMANN

**FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO:
ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS - CAMPUS CHAPECÓ**

**CHAPECÓ
2025**

DARLINE HOFFMANN

FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO:

ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS - CAMPUS CHAPECÓ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ari Söthe

CHAPECÓ

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hoffmann, Darline

FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO: ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS - CAMPUS CHAPECÓ / Darline Hoffmann. -- 2025.

67 f.:il.

Orientador: Dr. Ari Söthe

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2025.

1. Situação financeira familiar. 2. Gestão das finanças pessoais. 3. Endividamento familiar. 4. Influência do curso de Administração. 5. Alternativas de proteção financeira diante da inflação. I. Söthe, Ari, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DARLINE HOFFMANN

FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO:

**ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS - CAMPUS CHAPECÓ**

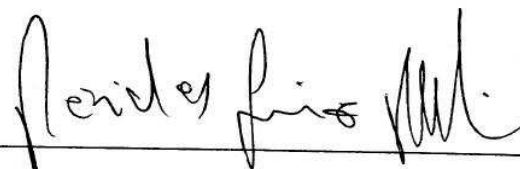
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 03/12/2025

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ari Söthe
Orientador



Prof. Dr. Pericles Luiz Brustolin - UFFS
Avaliador



Prof. Me. Ronei Arno Mocellin - UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho aos meus pais, que foram os pilares para que eu pudesse chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e fé que me sustentaram em cada passo desta caminhada. Aos meus pais, Celso e Lisane, deixo minha eterna gratidão por todo o apoio moral e financeiro, e por nunca medirem esforços para que eu tivesse as melhores oportunidades e experiências ao longo da minha trajetória acadêmica. Este momento é também a conquista de vocês.

Estendo meus agradecimentos aos meus familiares, em especial aos meus irmãos, Alexandre e Daiane, pela compreensão e incentivo constante.

Deixo uma menção especial aos meus colegas Bruno, Geovani e Julia, companheiros de jornada que tornaram essa caminhada mais leve, compartilhando desafios, conquistas e aprendizados.

Com profundo respeito e admiração, expresso minha sincera gratidão ao meu orientador, professor Ari, pela dedicação, paciência, orientação cuidadosa e incentivo em todos os momentos. Sua contribuição foi essencial não apenas para a realização deste trabalho, mas também para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Por fim, reconheço o meu próprio esforço, resiliência e determinação em alcançar esta importante etapa da minha vida. Cada desafio superado e cada conquista obtida refletem o quanto a persistência e o apoio das pessoas certas tornam os sonhos possíveis. A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este momento se tornasse realidade, meu mais sincero e profundo agradecimento.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos da inflação nas finanças pessoais e no patrimônio das famílias dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó. Para isso, realizou-se uma pesquisa quantitativa, por meio de um questionário estruturado aplicado aos acadêmicos do curso, buscando identificar a sua percepção sobre inflação, hábitos financeiros, endividamento e estratégias de proteção usadas para manutenção do patrimônio familiar. Os resultados demonstraram que, embora a renda familiar seja frequentemente suficiente para suprir as despesas mensais, há pouca margem para poupança, mostrando a fragilidade das famílias com as variações dos preços. Observou-se também que a inflação é percebida pelos estudantes como um fator que reduz o poder de compra e dificulta o planejamento das finanças da família, influenciando diretamente o consumo e a capacidade de formação patrimonial. Além disso, os resultados mostram que o curso de Administração contribui para ampliar o entendimento dos estudantes sobre finanças pessoais, embora parte deles aponte a necessidade de maior aprofundamento prático em gestão das suas finanças. Assim, o estudo evidencia a importância do planejamento das finanças pessoais e da educação econômica para diminuir os efeitos da inflação e promover maior estabilidade financeira entre as famílias dos universitários.

Palavras-chave: finanças pessoais; inflação; patrimônio familiar; estudantes universitários; planejamento financeiro.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the impacts of inflation on the personal finances and family assets of students enrolled in the Administration program at the Federal University of the Southern Frontier – Chapecó Campus. A quantitative research approach was employed through a structured questionnaire applied to the students, seeking to identify their perception of inflation, financial habits, budget organization, indebtedness, and strategies for protecting family wealth. The results showed that, although family income is frequently sufficient to cover monthly expenses, there is little margin for savings, highlighting the vulnerability of families to price fluctuations. The study also revealed that inflation is perceived by students as a factor that reduces purchasing power and hinders financial planning, directly influencing consumption and the ability to build assets. Furthermore, the findings indicate that the Administration program contributes to expanding students' understanding of personal finance, although some respondents point to the need for greater practical emphasis on financial education. Therefore, the study emphasizes the importance of financial planning and economic education as essential tools to mitigate the effects of inflation and promote greater financial stability among university students' families.

Keywords: personal finance; inflation; Family assets; university students; financial planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Taxa de inflação (IGP-DI, 12 Meses, %)	24
Figura 1: Preços - IPCA e meta para a inflação	27
Gráfico 2: Variação taxa nominal de câmbio R\$ / US\$	28
Gráfico 3: Renda bruta mensal da família do estudante	35
Gráfico 4: Renda mensal versus capacidade de pagamento das despesas pessoais da família do estudante	36
Gráfico 5: Sobras mensais de dinheiro a partir da renda do estudante	37
Gráfico 6: Contribuição do curso de administração na compreensão sobre finanças pessoais, patrimônio e inflação	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gastos escolhidos diante da sobra de dinheiro da família.....	38
Tabela 2: Estratégias utilizadas pela família na proteção das finanças e patrimônio	39
Tabela 3: Na falta de dinheiro a família recorre.....	40
Tabela 4: Diante da percepção dos efeitos da inflação a família teve que reduzir gastos.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BTG	Pactual Banking and Trading Group Pactual
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
FGV	Fundação Getulio Vargas
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP	Índice Geral de Preços
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPC-S	Índice de Preços ao Consumidor Semanal
MP	Medida Provisória
PIB	Produto Interno Bruto
Semesp	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior
Serasa	Serasa Experian
SPC	Brasil Sistema de Proteção ao Crédito Brasil
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
Unesp	Universidade Estadual Paulista
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 FINANÇAS PESSOAIS.....	16
2.1 PATRIMÔNIO FAMILIAR.....	19
2.2 INFLAÇÃO.....	20
2.3.1 Deflação.....	22
2.3.2 Processo inflacionário no Brasil.....	23
3. METODOLOGIA.....	30
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	30
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	31
3.4 UNIDADE DE ANÁLISE.....	32
3.3 COLETA DOS DADOS.....	32
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4. RESULTADOS.....	34
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	34
4.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA FAMILIAR.....	36
4.3 GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS.....	38
4.4 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR.....	40
4.5 PERCEPÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO.....	40
4.6 INFLUÊNCIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	42
4.7 ALTERNATIVAS DE PROTEÇÃO FINANCEIRA DIANTE DA INFLAÇÃO.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. RECOMENDAÇÕES.....	46
REFERÊNCIAS.....	47

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	56
APÊNDICE II - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A maioria dos consumidores brasileiros não costuma poupar e não planeja seu futuro financeiro. De acordo com uma pesquisa do Sistema de Proteção ao Crédito Brasil (SPC Brasil, 2016), 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento. Além disso, muitos têm pouco ou nenhum conhecimento sobre como gerenciar suas finanças pessoais e seu patrimônio e como a inflação tem influência de forma direta nos gastos e na saúde financeira.

A inflação é um tema amplamente discutido na política econômica, e a memória inflacionária é um dos fatores que influenciam a variação dos preços. No Brasil, embora o país tenha conseguido sair do patamar hiperinflacionário para níveis mais comportados de taxas de inflação a partir de 1994 com o Plano Real, ainda se observa alta indexação de preços na economia (Guimarães, 2023, p.11).

Em adição, segundo Lopes e Medeiros, 2014 p. 223:

questões de ordem macroeconômica como inflação, taxas de juros e carga tributária impactam diretamente as decisões econômicas de toda sociedade, podendo alterar não só resoluções dos setores empresariais, mas decisões referentes ao planejamento financeiro das famílias.

Segundo Lima, *et. al.* (2018, p. 2): “toda a formação do patrimônio de uma família começa na organização das finanças pessoais, afinal, é justamente nessa fase que todo o planejamento começa a ser desenhado”. Dessa forma, de acordo com Silva *et. al.* (2018, p. 1) “finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família”. Em finanças pessoais, são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro (Medeiros e Lopes, 2014).

Acrescenta-se que, segundo Levino e Santos, 2019, p. 15:

êxito nas finanças pessoais não está relacionado exclusivamente ao nível financeiro e acúmulos de bens durante a vida, mas, sim, à capacidade de se planejar e de se dispor a organizar o dinheiro para a realização de projetos pessoais e familiares, ou apenas de viver em adimplência financeira e poder suprir as necessidades básicas, sem se preocupar com a falta deste para honrar compromissos.

Dessa forma, pode-se extrair que inflação e finanças pessoais estão diretamente relacionados, e, que, segundo Cavalcanti (1990, p. 16): “[...] em termos da dinâmica da inflação, de se ter a taxa de juros como argumento do lado da oferta da economia, parece-nos mais relevante centrar atenção na geração de incertezas que acompanha estes processos inflacionários”, entendendo, assim, como esse

dinamismo afeta as finanças pessoais dos indivíduos e do patrimônio de suas famílias. Segundo Reis (2020): “patrimônio familiar é um conjunto de bens que uma determinada família construiu no decorrer de sua história”. Entretanto, nem todas as famílias possuem grande patrimônio, e precisam construí-lo durante a vida, o que, em cenários inflacionários, acaba sendo desafiador.

A falta de educação e organização financeira pode resultar em elevados níveis de endividamento familiar, dificuldades para lidar com a inflação em períodos de crise, falhas no planejamento e ausência de reservas para a aposentadoria, além de inadimplência e uso inadequado do cartão de crédito, e esses fatores, em conjunto, podem provocar impactos severos nas finanças pessoais e familiares (Powell, 2015). Em adição, a falta de atividades e de propósito para os mais jovens pode tanto prejudicar o patrimônio quanto a reputação familiar (Kernkraut e Magna, 2018). Souza *et al.* (2021, s.p.), afirmam que:

“[...] a habilidade de gerenciar as finanças pessoais têm se tornado cada vez mais necessária frente aos cenários futuros incertos e uma economia dinâmica, além dessa maior disponibilização de crédito que exige um maior entendimento da utilização do dinheiro [...]”.

Ainda segundo Souza *et al.* (2021, s.p.), “[...] mesmo entre pessoas com um bom nível de escolaridade como estudantes universitários, o conhecimento sobre esse assunto e o comportamento do indivíduo em relação às finanças pessoais ainda é limitado. Em relação à esses indivíduos, Magalhães e Montreuil, (2019, s.p) pontuam que: “esse número crescente de consumidores não acostumados com o controle de suas finanças, deparou-se com a insolvência financeira”.

Em complemento, Jacinto e Torisu (2025, s.p.) afirmam que:

a desorganização financeira pode trazer, como consequência, elevados níveis de endividamento familiar, dificuldades para lidar com a inflação em tempos de crise, problemas de planejamento e de ausência de reservas financeiras para a aposentadoria, inadimplência e o indevido uso do cartão de crédito, entre outros.

Neste sentido, a pesquisa busca ir ao encontro da compreensão da inflação nas finanças pessoais e como ela afeta a capacidade de manutenção e ampliação do patrimônio das famílias, e quais estratégias podem ser adotadas para proteger e preservar o patrimônio em um cenário econômico inflacionário. Assim sendo, a questão de pesquisa que se procura solucionar foi assim definida: **como a inflação afeta as finanças pessoais e a manutenção do patrimônio da família dos**

estudantes de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó?

1.1 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados os objetivos da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 156): “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”. Lakatos e Marconi (2003, p. 157) afirmam que “o objetivo torna explícito o problema, aumentando os conhecimentos sobre determinado assunto”.

Definir com precisão um problema de pesquisa envolve expressar claramente o objetivo central da investigação. Enquanto o tema apresenta caráter mais amplo, a formulação do problema é mais delimitada, pois especifica a dificuldade ou questão que se busca solucionar (Lakatos e Marconi, 2003).

1.1.1 Objetivo geral

Compreender a gestão das finanças pessoais, do patrimônio e do processo inflacionário na vida das famílias dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó/SC.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a gestão das finanças pessoais das famílias dos estudantes investigados;
- b) Identificar os efeitos da gestão das finanças pessoais no patrimônio das famílias dos estudantes investigados;
- c) Verificar os efeitos do processo inflacionário nas finanças pessoais e patrimônio das famílias dos estudantes investigados;
- d) Apresentar alternativas para a proteção das finanças pessoais e patrimônio das famílias dos estudantes investigados diante do processo inflacionário.

1.2 JUSTIFICATIVA

A inflação é um fenômeno econômico que afeta diretamente o poder de compra dos indivíduos, tendo um impacto considerável nas finanças pessoais. Em

um cenário econômico global instável, com variações nos índices de preços, é fundamental compreender como essas mudanças influenciam o comportamento financeiro das pessoas. Conforme destacado pelo site Galicia Educação (2025), a percepção econômica individual e familiar é influenciada por fatores como condições macroeconômicas, segurança no emprego e expectativas futuras, o que, por sua vez, impacta as decisões financeiras. Assim, torna-se importante investigar o comportamento financeiro da família dos discentes de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. Em complemento, visualizar a capacidade de geração de poupança e por outro lado o endividamento, demonstrará o conhecimento dos alunos de Administração da UFFS sobre inflação e como eles e a família controlam a perda do poder de compra ao longo do tempo. Dessa forma, a justificativa do presente estudo se baseia no fato dos indivíduos não viverem de forma isolada, e por serem diretamente afetados pela política econômica do país em que vivem. Entender sobre as ferramentas utilizadas pelo Estado para estimular ou não o consumo, somando a aprendizagem sobre as finanças pessoais, é importante para que as pessoas possam controlar suas finanças, acumular patrimônio e atingir sua independência financeira.

Além disso, torna possível investigar como a inflação afeta a capacidade da família desses alunos em gerenciar suas finanças, levando em consideração fatores como a administração do orçamento pessoal, a tomada de decisões de consumo e poupança. Em complemento, como o aprendizado no curso de Administração pode influenciar a percepção e as estratégias adotadas para lidar com o cenário inflacionário.

Este trabalho utilizou o método de pesquisa aplicada, direcionando um questionário com perguntas estruturadas a uma amostra específica de alunos da UFFS, abrangendo aspectos referentes à capacidade de geração de poupança, pagamento de dívidas, ampliação e preservação do patrimônio das famílias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Revisão da literatura é “[...] o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica” (Unesp, 2015, p.2). Ainda segundo o Unesp (2015), a “Literatura” cobre todo o material importante que é escrito sobre algum tema: livros, artigos de jornais, artigos de periódicos, registros históricos, relatórios governamentais, dissertações, teses e outros tipos.

Por meio da análise da literatura publicada poderá ser traçado um quadro teórico e a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa (Silva e Menezes, 2005). A revisão de literatura, segundo Silva e Menezes (2005, p.1): “[...] resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa”.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

O tema finanças pessoais é atual e deve ser tratado com importância. Segundo Malassie (2018 p. 4) “o tema aborda o comportamento das pessoas no trato com seu dinheiro no orçamento doméstico, no gerenciamento de conta-corrente, como pensa sua aposentadoria, como acompanhar seu patrimônio”. Porém, de acordo com Pires (2006), no caso das pessoas físicas, indivíduos e famílias, não é observado um desenvolvimento correspondente de instrumentos para lidar com as condições de financiamento.

De acordo com Lima *et. al* (2018, p. 2) “administrar finanças pessoais sempre foi um grande desafio, mas com a intensidade e a diversidade de tarefas a serem desempenhadas em seu dia a dia, isso pode se tornar ainda mais difícil”. Lima *et. al* (2018) ainda destacam que contornar os obstáculos que afetam a trajetória financeira pessoal e familiar é um objetivo que exige planejamento, dedicação e estratégia. Magalhães e Montreuil (2019, s.p) pontuam que “no Brasil, nos últimos anos, houveram mudanças significativas na renda da população, ocorreu uma grande inserção das camadas sociais mais baixas para a classe média”. Souza *et. al* (2021, s.p) destacam que “não somente a relação do indivíduo com sua renda (pagar contas, prioridades de consumo, poupança e aposentadoria) são motivos de

preocupação de pesquisadores”. Malassie (2018), enfatiza que manter o equilíbrio financeiro, ou seja, gastar apenas o que se ganha é um bom começo, mas não é algo simples de praticar, e, ao avançar para situações que envolvem a formação de uma reserva financeira, percebe-se que apenas uma pequena parcela da população consegue realizá-la de fato.

Acrescenta-se, que, segundo Wataya, Frauches e Bergamo, (2020, p. 7):

no Brasil, verificamos em nossa sociedade de consumo, uma verdadeira batalha fratricida, como se não bastasse à defasagem salarial, o alto custo de vida nos deparamos ainda com a pressão do consumismo gerado pela sociedade capitalista, que nos impele a comprar mesmo quando não haja recursos, por meio de cartão de crédito, cheques especiais e endividamento junto às financeiras, levando assim, a um desequilíbrio das finanças pessoais e familiares.

Do mesmo modo, Pires (2006) destaca que tratar as finanças pessoais como uma área de conhecimento sistemático e transmissível, na esfera da ciência econômica, é uma necessidade contemporânea. Além disso, ainda segundo Pires (2006, p. 12):

necessidade essa que se torna tão mais imperiosa quanto mais cada indivíduo vai se tornando uma unidade produtiva autônoma na sociedade do conhecimento, um detentor de capital humano (habilidades, conhecimentos e capacidades adquiridos, geralmente por meio de estudos, aplicáveis à geração de bens e serviços) que se associa aos detentores de outros tipos de capital (físico, financeiro etc.) para agregar riquezas que serão divididas entre si.

Em adição, Ferreira (2006) enfatiza que existem três processos para se administrar as finanças pessoais: organização de hábitos de consumo e investimento; controle de resultados conforme o planejado; e planejamento do que fazer com o dinheiro. Souza *et al.* (2021 s.p.) afirmam que:

não somente a relação do indivíduo com sua renda (pagar contas, prioridades de consumo, poupança e aposentadoria) são motivos de preocupação de pesquisadores. Além da relação do indivíduo com o dinheiro, e os impactos que isso causa na sua saúde financeira, estudos também verificaram como essa dicotomia impacta em outras questões como saúde fisiológica e psicológica e nível de poupança.

Ferreira (2006) destaca que é importante ter controle e monitoramento de forma sistemática das finanças pessoais, como forma de garantir que os resultados do planejamento se ajustem, tanto quanto for possível, aos objetivos estabelecidos, e, que, o controle é o momento onde os objetivos são acompanhados, analisando como estão sendo realizados para que, ainda possam ser feitos ajustes em tempo suficiente antes de gerar prejuízos. Em concordância, Souza *et al.* (2019, s.p.) destacam que o controle das finanças pessoais:

apresenta importância significativa quando referenciada aos estudantes universitários, justamente dada a complexidade inerente ao momento na vida dos jovens. Pois quando não saem de casa para estudarem em outras cidades, eles passam a necessitar de alguma fonte de renda, para, entre outras coisas, viabilizarem sua participação em congressos, cursos, palestras ou até mesmo a compra de algum equipamento que o curso exija ou que lhes auxiliem nos seus estudos.

Souza *et al.* (2021, s.p.) ainda destacam que:

a graduação é um marco na vida e uma preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e para a vida, e, reforçando a importância de um bom conhecimento financeiro para diversos aspectos pessoais, sociais e inclusive de saúde de qualquer indivíduo, cabe o questionamento se a vivência acadêmica também melhora o grau de conhecimento financeiro dos indivíduos.

Ainda de acordo com Souza *et al.* (2021), mesmo os cursos que apresentam em sua grade matérias de gestão financeira ou matemática não se mostraram relevantes para o estudante apresentar uma instrução financeira razoável. Santos, Veronese e Longo (2022), destacam que as movimentações das finanças pessoais possuem particularidades, porém, são resumidas na dedução das entradas e saídas de recursos, e o resultado pode ser positivo ou negativo, e, na situação negativa, acontece o déficit financeiro, fazendo-se necessário recorrer aos empréstimos, contraindo dívidas e encargos financeiros pela falta de recursos.

Santos, Veronese e Longo (2022, s.p) enfatizam que “as saídas regulares são constituídas de despesas que podem variar em relação ao valor monetário, porém, ocorrem mensalmente ou em um período de tempo repetido, como exemplos: despesas de manutenção pessoal, habitação, educação, vestuário, lazer, etc”. Em acréscimo, Souza *et. al* (2021, p.3) enfocam que:

a habilidade de gerenciar as finanças pessoais têm se tornado cada vez mais necessária frente aos cenários futuros incertos e uma economia dinâmica, além dessa maior disponibilização de crédito que exige um maior entendimento da utilização do dinheiro para não incorrer em situações de endividamento.

Entrando no contexto familiar, as famílias, de forma geral, não costumam controlar suas finanças e acaba entrando em desequilíbrio financeiro, onde ocorrem o endividamento por gastos desnecessários, financiamentos que poderiam ser evitados com uma organização e, por isso, acaba não sobrando recursos para uma reserva de emergência ou para uma simples poupança (Souza e Bragato, 2021). Esse consumo desenfreado, combinando com a falta de administração das finanças, leva as pessoas a muitas vezes recorrerem ao sistema de crédito, ficando fadados ao pagamento de juros, isso tudo pela falta de planejamento adequado e a

falta de disciplina (Souza e Bragato, 2021). Em concordância, Souza *et. al* (2021, p. 2) afirmam que: “essa situação vem acarretando um alto nível de endividamento, bem como um preocupante índice de inadimplência das famílias, em especial em faixas de renda mais baixas, que estão mais vulneráveis financeiramente”.

2.1 PATRIMÔNIO FAMILIAR

Segundo Porto (2024), o patrimônio ocorre de um processo de acumulação, da disciplina combinada de investimento e de *superávit*, e, essa acumulação pode ser trabalhada pelo próprio ou herdada, da primeira, segunda ou outra geração. De acordo com o site Direto Group (2024), o patrimônio de uma família é formado pelos bens de valor, como dinheiro, investimentos, imóveis, negócios familiares, entre outros. Em concordância, o site Dicionário Jurídico (s.p): “ o conceito de ‘patrimônio familiar’ é fundamental no direito civil brasileiro, referindo-se ao conjunto de bens e direitos que pertencem a uma família. Este patrimônio pode incluir imóveis, veículos, investimentos e outros ativos que, juntos, formam a base financeira de uma família”.

A estabilidade financeira é importante em momentos complicados ou de instabilidade na família, e, por isso, o patrimônio familiar é uma forma concreta de assegurar a segurança financeira em diferentes fases que a família possa passar, gerando equilíbrio e menos preocupação (Almeida, 2021).

Kernkraut e Magna (2018), destacam que o desafio para as famílias é fazer com que as novas gerações não sejam irresponsáveis com o patrimônio, levando uma vida de extravagância e insensatez. A falta de atividades e de propósito para os mais jovens pode tanto prejudicar o patrimônio quanto a reputação familiar (Kernkraut e Magna, 2018).

Segundo Almeida (2021, s.p.):

a estabilidade financeira é essencial em momentos difíceis ou de instabilidade na família. Por isso, o patrimônio familiar é uma forma de garantir segurança financeira em diferentes fases que a família pode passar, garantindo equilíbrio e menos preocupação.

Almeida (2021 s.p.) destaca que: “a dificuldade de montar um patrimônio familiar muda de acordo com o que a família já possui. Algumas já têm um patrimônio passado entre as gerações e outras precisam construir seu patrimônio do zero, o que pode ser bem difícil mas possível”. Esse é um processo que engloba muitos fatores, além de muito planejamento financeiro, porque, para conseguir

guardar dinheiro e adquirir bens que se enquadram no patrimônio, a família precisa de organização financeira (Almeida, 2021).

De acordo com o site Legale Educacional (2025): “outro aspecto relevante na formação de patrimônio é o impacto do contexto econômico e social. Fatores como inflação, taxas de juros, variações de câmbio e crises financeiras podem afetar o poder de compra e a rentabilidade dos investimentos”.

Segundo Borgheri (2025, s.p): “[...] existe uma diferença entre você se proteger da inflação e proteger seu patrimônio da inflação. Se proteger = curto prazo, tendo mais consciência dos seus hábitos de consumo e como gerenciá-los da melhor forma. Proteger seu patrimônio = médio/longo prazo”.

Demasiadamente, formação de patrimônio é o processo pelo qual um indivíduo acumula e organiza bens ao longo do tempo com o objetivo de garantir segurança financeira, estabilidade econômica e possibilidade de crescimento do patrimônio (Legale Educacional, 2025). Esse processo demanda a aplicação de diversas estratégias voltadas ao planejamento financeiro, à gestão de recursos e à proteção patrimonial, o que representa um desafio significativo para os estudantes. Um dos motivos do grande desafio é pelo fato de que a maioria dos estudantes universitários depende do apoio financeiro da família e de empregos de meio período para cobrir despesas como moradia, alimentação e mensalidades, o que limita sua capacidade de economizar ou investir (Instituto Semesp, 2023).

2.2 INFLAÇÃO

Em termos conceituais, a taxa de inflação é um indicador macroeconômico que visa refletir o impacto médio sobre a economia de um fenômeno complexo: o aumento dos preços dos diversos bens que a compõem (Cerqueira e Martinez, 2013).

Segundo Cerqueira e Martinez (2013, p. 2):

concretamente, índices de inflação podem ser construídos a partir de variadas cestas de bens, conforme os preços relevantes para os grupos que se queira considerar - consumidores, produtores de um setor ou da economia em geral, residentes de uma região específica. Os modelos macroeconômicos usualmente tratam a inflação como uma grandeza única, buscando quais são seus determinantes e as políticas mais adequadas para contê-la.

Guimarães (1984, p. 1) destaca que:

quando ocorrerem aumentos na soma dos preços, quaisquer que sejam as suas origens, teremos uma das seguintes consequências inevitáveis: por um lado, a mesma quantidade de mercadorias é então trocada por uma quantidade maior de dinheiro; por outro lado, a mesma quantidade de dinheiro compra uma quantidade menor de mercadorias.

A inflação gera incertezas na economia, desestimula o investimento e prejudica o crescimento econômico, e, com isso, os preços relativos ficam distorcidos, gerando muitas ineficiências na economia (Banco Central do Brasil, 2025). Não são os preços que variam de acordo com a quantidade de dinheiro em circulação, é a quantidade de dinheiro em circulação que varia de acordo com a variação da soma dos preços (Guimarães, 1984).

Borgheri (2025, s.p) enfatiza que: “[...] você precisa ter no mínimo a consciência de quanto você perde de poder de compra de acordo com os seus hábitos de consumo. Só assim você pode se proteger da inflação ou minimamente amenizar os efeitos dela no seu dia a dia”.

De acordo com o BTG Pactual (2024), a inflação pode ser classificada em diferentes tipos, a depender de suas causas. A inflação de demanda ocorre quando a procura por bens e serviços excede a capacidade de oferta, pressionando os preços para cima, e, já a inflação de custo se dá quando há aumento nos custos de produção — como salários ou insumos — que são repassados ao consumidor, e por fim, a inflação estrutural está ligada a ineficiências nos processos produtivos e nos serviços, o que também contribui para o encarecimento dos produtos (BTG Pactual, 2024).

“A inflação é calculada por meio de índices que acompanham a variação de preços de uma cesta de bens e serviços ao longo do tempo” (BTG Pactual, 2024 s.p). A BTG Pactual (2024 s.p) descreve o processo de cálculo primário da inflação da seguinte forma:

a primeira etapa do cálculo da inflação é a seleção de uma cesta de bens e serviços que refletem os hábitos de consumo das famílias. Essa cesta inclui uma variedade de itens, como alimentos, habitação, vestuário, transporte, saúde, educação, entre outros, todos escolhidos com base nos padrões de consumo da população.

Dessa forma, segundo o BTG Pactual (2024), o cálculo da inflação envolve o acompanhamento sistemático da variação de preços de uma cesta representativa de bens e serviços consumidos pelas famílias brasileiras. Essa cesta é definida com base nos padrões de consumo da população, e os preços são coletados mensalmente por institutos como o IBGE. A partir desses dados, calcula-se um

índice de preços por meio de uma média ponderada, levando em conta o peso de cada item no orçamento doméstico. O índice de inflação é obtido a partir da variação de preços de uma cesta de bens representativos da população, coletados periodicamente por órgãos especializados (BTG Pactual, 2024).

No Brasil, os principais institutos de pesquisa que calculam a variação de preços são o IBGE e a FGV. Segundo a Agência Brasil (2024):

ambos têm diferentes índices de inflação, que variam de acordo com metodologias e cestas de produtos/serviços pesquisadas. O principal índice brasileiro é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), também chamado de inflação oficial, calculado pelo IBGE, com base na cesta de compras de famílias com renda entre um e 40 salários mínimos, e usado como referência para os governos e economistas para definição de políticas econômicas, como o estabelecimento da taxa básica de juros e o reajuste do salário mínimo.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (INPC), de acordo com a Agência Brasil (2024), foca nas famílias com renda entre um e cinco salários mínimos, atribuindo maior peso a itens alimentícios, e, a FGV, por sua vez, divulga índices como o IPC-S e o IGP, que abrangem preços no varejo, atacado e construção civil e enfatiza que os índices de inflação utilizados no Brasil são variados e refletem diferentes recortes metodológicos, institucionais e sociais.

2.3.1 Deflação

A deflação acontece quando os preços de bens e serviços passam a cair ao invés de subir, e, nesse cenário, o dinheiro fica mais valorizado, o poder de compra melhora e o consumo é estimulado, além disso, essa queda nos preços pode representar um alívio para o bolso dos consumidores (Serasa, 2023). Ainda segundo o *site* do Serasa (2023), para ser considerada deflação, a queda de preços deve ser generalizada, sendo necessário que afete uma grande variedade de produtos, e, precisa ser contínua e durar um período razoavelmente longo. Segundo o *site* InfoMoney (2022, s.p.): “embora seja comum ver gente chamando o recuo pontual de índices de inflação de deflação, a queda em um ou dois meses apenas não configura por si só um processo deflacionário e não permite dizer que a deflação é uma tendência”.

A deflação é calculada da mesma maneira que a inflação, por meio de indicadores que acompanham os preços de itens de consumo e medem suas variações, e, o principal deles é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA), divulgado mensalmente pelo IBGE (Serasa, 2023). Ainda segundo Serasa (2023), para calcular o IPCA, o IBGE considera o custo de uma cesta de mais de 370 itens distribuídos em oito grupos: alimentação e bebidas, artigos de residência, comunicação, despesas pessoais, educação, habitação, saúde e cuidados pessoais, transportes. Acrescenta-se, de acordo com o site InfoMoney (2022, s.p.): “a deflação ocorre quando a oferta de produtos e serviços é maior do que a demanda. Há mais itens à venda do que as pessoas estão dispostas ou têm condições de comprar”. Segundo o site Serasa (2023, s.p.): “outro indicador é o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que acompanha valores de itens de bens industriais e matérias-primas e costuma ser utilizado no reajuste dos aluguéis”.

Gráfico 1: Inflação no Brasil dos anos 2000 a 2022 (em %)



Fonte: IBGE, 2022

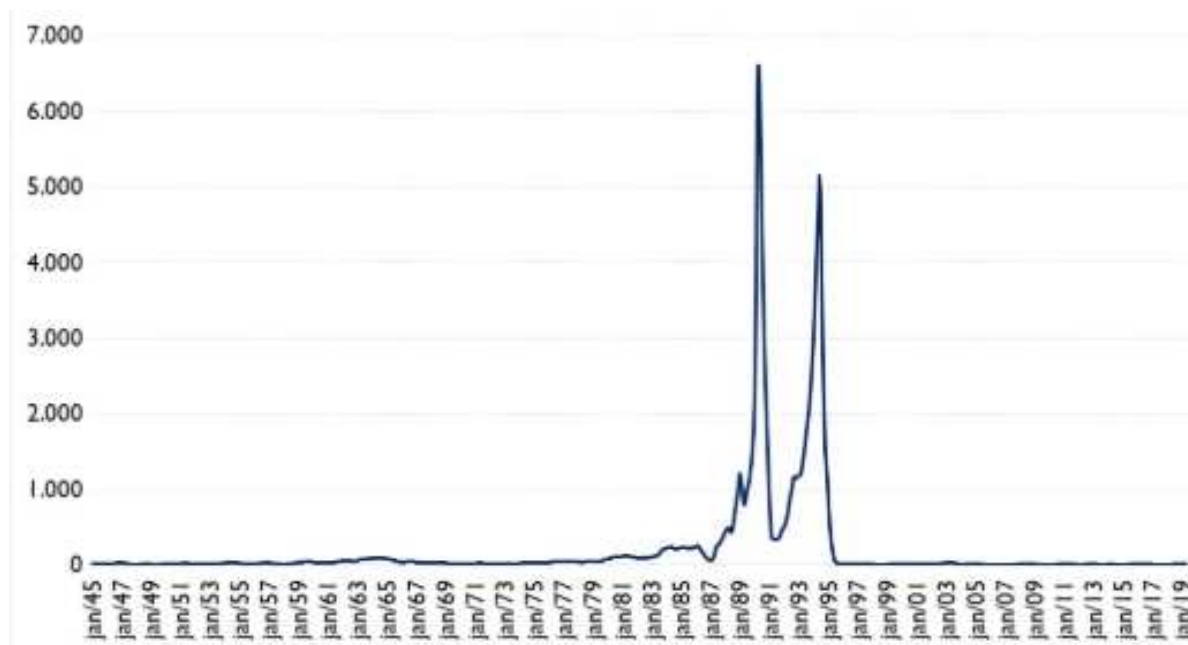
Independentemente do índice utilizado, a deflação é identificada a partir da comparação de preços de cada item entre um período e outro – normalmente um mês ou um ano, e se a variação for negativa, então os preços tiveram queda e o país pode estar passando por um processo deflacionário (Serasa, 2023).

2.3.2 Processo inflacionário no Brasil

Considerando o contexto histórico, o Brasil apresenta atualmente uma taxa de inflação próxima à dos países desenvolvidos (Figueiredo e Marques, 2009). Porém, segundo Figueiredo e Marques (2009, p. 2): “[...] seria importante ter presente nas considerações atuais de política uma medida mais precisa da longa memória

(inércia) da inflação brasileira, bem como o real caráter de sua resposta a eventuais choques aleatórios”.

Gráfico 1: Taxa de inflação (IGP-DI, 12 Meses, %)



Fonte: FGV, (2019, s.p.)

Ainda de acordo com Figueiredo e Marques (2009, p. 19): “apesar de o caráter de irreversibilidade do processo ter deixado de existir após o Plano Real, um resíduo de inércia inflacionária (memória) ainda persiste na economia brasileira”. Figueiredo e Marques (2009) presumem que, com a inflação controlada, uma taxa baixa de inflação resultará em menor volatilidade futura, criando um ambiente mais estável e previsível, o que beneficia as perspectivas de longo prazo e a consolidação da estabilização econômica. De acordo com o Gráfico 2, pode-se notar a inflação em seu estado inercial até o final dos anos 80, e, após a alta que se estendeu até a implantação do Plano Real, em 1999, o que fez com que a inflação retornasse ao seu estado de inércia, com variações em baixo valor percentual.

“As condições gerais que levaram à hiperinflação no Brasil foram similares àquelas encontradas nos países que viveram hiperinflações no passado” (Bresser Pereira e Nakano, 1991, p. 90). Segundo Bresser Pereira e Nakano (1991), o país, que nos anos 70 recebeu poupanças externas equivalentes a 2% do PIB, se viu obrigado a transferir recursos reais de 4% a 5% aos países credores. Ainda segundo Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 90): “a redução no investimento interno foi basicamente proporcional a essa transferência: a taxa de investimento, que girava

em torno de 22% do PIB nos anos 70, caiu para aproximadamente 17% nos anos 80”.

Do outro lado, tem-se consequências fiscais da dívida externa, e, a dívida, que nos anos 70 era 50% privada e 50% pública, foi quase inteiramente nacionalizada durante o ajustamento de 1981-1983: no final dos anos 80, 90% da dívida era de responsabilidade do Estado (Bresser Pereira e Nakano, 1991). De acordo com Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 90):

com a interrupção dos empréstimos externos, o financiamento do déficit passou a depender cada vez mais do endividamento interno e da senhoriação. Como consequência, gerou-se uma crise fiscal: o déficit orçamentário continuou elevado, a dívida pública interna aumentou para aproximadamente 50% do PIB e os prazos de vencimento da dívida tornaram-se incrivelmente curtos (a maior parte da dívida interna passou a ser financiada no overnight). Esta última característica é a mais importante na definição da crise fiscal, uma vez que ela mostra que o Estado havia perdido completamente sua credibilidade.

Ainda segundo Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 90): “a crise fiscal imobilizou a política econômica, transformando o governo num paciente reativo de validação da inflação através de déficits fiscais e de finanças inflacionárias”.

Segundo Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 92): “a indexação da economia postergou a hiperinflação mas não conseguiu evitá-la”. Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 92) explicam que:

a inflação tendia a uma aceleração permanente, mas esta se dava na forma de níveis ou platôs e era interrompida por congelamentos de preços, começando em 1986 com o Plano Cruzado. Com o colapso do Plano Cruzado e particularmente com o do Plano Verão (janeiro de 1989), contudo, a inflação se acelerou muito rapidamente, já que esses planos contribuíram para desorganizar a economia.

A hiperinflação se concretizou no ano de 1990. Segundo Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 93), “a crise fiscal do Estado finalmente tornou-se evidente para todos”, enfatizando que o Estado tinha cada vez mais dificuldade para financiar e controlar seu déficit, o qual tinha o componente de juros muito alto.

Com a hiperinflação já instalada, os dois primeiros presidentes do período democrático tentaram de tudo para tentar controlar e acabar ela, e, diante da situação, os planos econômicos do presidente José Sarney incluíram o congelamento de preços, com a convocação aos cidadãos para que denunciasses às autoridades os comerciantes que remarcaram os preços ou escondem as mercadorias, onde, os preços de fato baixaram inicialmente, mas, em seguida, dispararam de novo, num forte efeito rebote (Brasil, 2024). Os planos de Fernando

Collor de Mello incluíram o confisco temporário do dinheiro que a população tinha depositado nos bancos, criando ainda mais desconfiança entre a população (Brasil, 2024).

O Plano Real foi iniciado no Brasil em fevereiro do ano de 1994, quando o presidente Itamar Franco enviou para votação no Congresso Nacional uma medida provisória (MP) que criou a Unidade Real de Valor (URV), um tipo de moeda fictícia que antecedeu o real (Brasil, 2024). De acordo com *site* Brasil (2024, p. 1): “a conclusão do plano se deu na virada de junho para julho, quando Itamar mandou para os senadores e deputados a MP que implantou o real — a moeda brasileira mais duradoura desde 1942”.

A situação da economia perante a inflação era tão grave que, nos oito anos que antecederam ao Plano Real, o país teve quatro moedas diferentes e registrou, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), um aumento anual de preços de quase 2.500%, e em comparação, a inflação de 2023 foi de 4,6% (Brasil, 2024).

Com os desdobramentos da política econômica do Plano Real e da liberalização econômica embutida no plano, além de uma crise cambial, foi implantado no Brasil, em 1999, o regime monetário de Metas de Inflação, em um cenário de fortes desvalorizações decorrentes de ataques especulativos (Carrara e Correa, 2019).

Após a implantação do Regime de Metas de Inflação, em 1999, o Banco Central atua para que a inflação esteja conectada com uma meta pré-estabelecida. No período de 1999 a 2024, a meta se referia à inflação do ano-calendário, e, a partir de janeiro de 2025, foi implantada a “meta contínua”, que passou a ser referida à inflação acumulada em doze meses, apurada mês a mês, e, todo mês, a inflação acumulada em doze meses é comparada com a meta e seu intervalo de tolerância (BCB, 2025).

Ainda segundo o BCB (2025), mesmo diante de choques expressivos que colocaram a inflação de forma temporária fora do intervalo de tolerância, a inflação retornou ao curso das metas. De acordo com BCB (2025), para isso é fundamental a ancoragem das expectativas de inflação, ou seja, as pessoas utilizam a meta da inflação como referência da expectativa da inflação futura, e, isso dá maior previsibilidade para a economia e melhora o planejamento das famílias, empresas e governo. O BCB (2025) destaca que:

o sistema também trouxe altos níveis de transparência e de prestação de contas. Por exemplo, o comunicado e a ata das reuniões do Copom e o Relatório de Política Monetária (denominado Relatório de Inflação entre 1999 e 2024) trazem a visão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a economia e as razões das decisões tomadas.

Figura 1: Preços - IPCA e meta para a inflação



Fonte: BCB (2025, s.p.)

Após a implantação do Regime de Metas de Inflação, também houve a mudança do regime de câmbio. Pereira (2024, p. 12) destaca que:

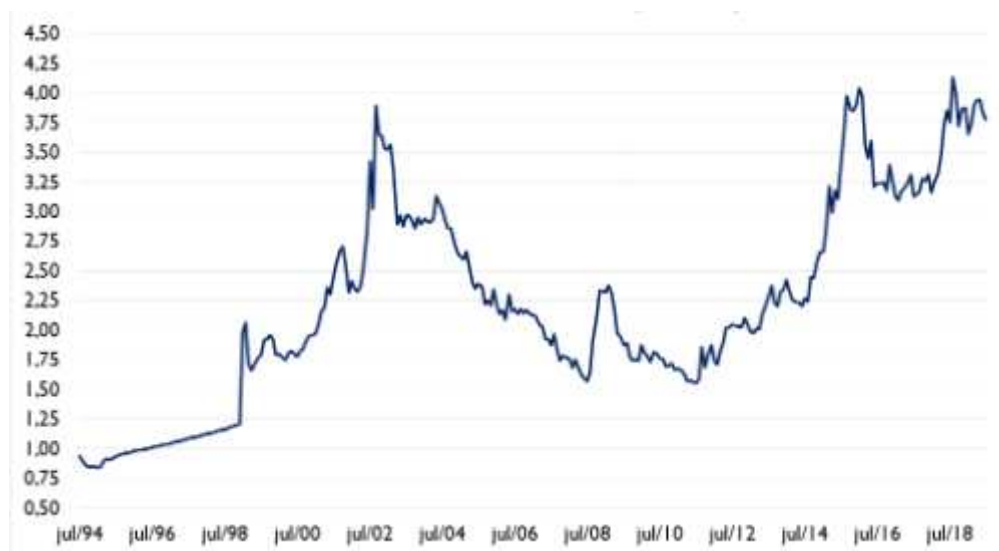
muito próximo da dinâmica global, a inflação no Brasil teve um componente adicional de pressão advindo do cambial (que teve forte desvalorização em pequeno espaço de tempo) – com consequência sobre o preço das commodities, especialmente combustíveis e alimentos.

E, segundo Giambiagi (2011, p. 187):

após o binômio privatização/abertura no início da década de 1990, bem como a estabilização da inflação com o Plano Real, houve dois grandes desequilíbrios (externo e fiscal) que “gerava a impressão de que uma crise estava à espera do país – o que de fato ocorreu – funcionando como um entrave às decisões de investimentos”.

Por isso, no segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1999 a 2002, houve uma mudança de regime cambial, com a introdução do câmbio flutuante (Gráfico 2).

Gráfico 2: Variação taxa nominal de câmbio R\$ / US\$



Fonte: Banco Central do Brasil (2019, s.p.)

O regime do câmbio flutuante foi estabelecido pelo Comunicado nº 6.565, de 18 de janeiro de 1999, do Banco Central do Brasil (BCB), o qual informou que, a partir daquela data, “deixaria que o mercado definisse a taxa de câmbio, nos segmentos livre e flutuante, vindo a intervir, ocasionalmente, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio” (Prates, 2015). Prates (2015, p. 89) afirma que: “apesar do termo ‘ocasionalmente’ sugerir a vigência de um regime de flutuação cambial de fato, que se aproxima da ‘flutuação limpa’, o Brasil optou, na prática, por uma política cambial de flutuação suja”.

A adoção de um regime explícito de metas para a inflação mostrou o peso das expectativas sobre a inflação, com o termo *forward looking*, e, com uma política econômica com credibilidade, os formadores de preço têm uma predisposição a manter suas expectativas de inflação em torno da meta formal (Moreira Zuffo, 2015).

Segundo o Banco Central do Brasil (2025), a inflação acumulada em doze meses apresentou alta, passando de 4,9% em novembro para 5,1% em fevereiro, superando as projeções feitas três meses antes. Além disso, ainda segundo o BCB (2025), os núcleos de inflação também mostraram elevação, refletindo uma pressão mais ampla sobre os preços, e as expectativas dos analistas econômicos em relação à inflação voltaram a se deteriorar tanto para este ano quanto para os próximos, afastando-se ainda mais da meta de 3% estabelecida para o índice.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2025), a projeção de inflação para o horizonte relevante da política monetária, correspondente ao terceiro trimestre de

2026, foi elevada para 3,9%. A autoridade monetária aponta que o prolongamento do descolamento das expectativas de inflação, a resiliência da inflação de serviços — impulsionada por uma atividade econômica ainda aquecida — e o impacto de políticas econômicas, tanto internas quanto externas, tendem a dificultar o controle da inflação. Por outro lado, o BCB (2025) ressalta que uma desaceleração mais acentuada da atividade econômica, aliada a um cenário internacional com menor pressão inflacionária sobre economias emergentes, poderia contribuir para a redução da inflação no Brasil. Ainda assim, segundo o Banco Central do Brasil (2025): “os riscos que dificultariam o controle da inflação seguem mais fortes do que aqueles que atuariam no sentido contrário”.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, abordando os métodos empregados, tais como classificação da pesquisa, cenário e sujeitos, população e amostra, coleta e análise dos dados. Segundo Richardson (1999), o método científico é a forma utilizada para comprovar um conhecimento adquirido de forma empírica. Richardson (1999, p. 22) enfatiza que a metodologia pode ser explicada como “os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Este trabalho contou com o apoio da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) exclusivamente para fins de auxílio na revisão textual e otimização da escrita acadêmica. Todas as análises, interpretações, decisões metodológicas e conteúdos apresentados são originais e resultam do entendimento e da elaboração própria da autora, não havendo reprodução indevida de materiais externos. A IA não foi utilizada para substituir a autoria, mas como instrumento de apoio, mantendo integralmente a originalidade e a responsabilidade acadêmica exigidas na produção científica.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como aplicada, descritiva e de levantamento ou *Survey*. De acordo com Gil (2008, p. 55): “o levantamento ou *Survey* caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Nesse sentido, o presente estudo tem como propósito compreender a gestão das finanças pessoais, do patrimônio e os efeitos do processo inflacionário na vida das famílias dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó/SC, aplicando o método de levantamento ou *survey*.

A pesquisa é aplicada, pois, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 35), “[...] este tipo de pesquisa tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. Assim, busca-se mensurar e analisar os impactos da inflação sobre as finanças pessoais e o patrimônio familiar, propondo alternativas práticas de proteção financeira.

Quanto à abordagem, adota-se o enfoque quantitativo, pois, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 69), “[...] considera que tudo pode ser quantificável, o

que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

Os dados utilizados são primários, uma vez que foram coletados diretamente para os fins específicos desta pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa é composta por 432 estudantes matriculados no curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó/SC. O cálculo do tamanho da amostra foi realizado conforme a metodologia proposta por Barbetta (2007), considerando um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 5%.

A amostragem adotada foi do tipo não probabilística, por conveniência, sendo composta pelos estudantes que responderam voluntariamente ao questionário aplicado de forma anônima. Não houve identificação pessoal dos participantes, garantindo-se a privacidade, o sigilo das informações e o atendimento aos princípios éticos da pesquisa. Segundo Barbetta (2007), para um nível de confiança de 90%, pode-se utilizar uma primeira aproximação para o tamanho da amostra (n_0) e, posteriormente, aplicar a fórmula corrigida, considerando o tamanho da população (N), em que:

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

n_0 = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra

e_0 = erro amostral tolerável (erro padrão).

A aplicação da fórmula resultou em um tamanho amostral mínimo estimado de aproximadamente 168 participantes. Ainda assim, a expectativa inicial foi obter respostas correspondentes a, no mínimo, 75% da população total, de modo a garantir maior representatividade dos dados e confiança nas análises realizadas. Ao final da coleta, a amostra efetivamente obtida foi de 140 respondentes, o que corresponde a aproximadamente 83% do mínimo esperado, sendo considerada adequada para os objetivos propostos no estudo.

3.4 UNIDADE DE ANÁLISE

A unidade de análise desta pesquisa compreende as famílias dos estudantes do curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, uma vez que o estudo busca analisar os impactos da inflação sobre a situação financeira familiar, o endividamento e a gestão das finanças pessoais, a partir da percepção dos estudantes universitários.

Embora o questionário tenha sido respondido individualmente pelos discentes, as informações coletadas refletem a realidade econômica e financeira do núcleo familiar ao qual esses estudantes pertencem, justificando a adoção dessa unidade de análise.

3.3 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio do método *Survey*, utilizando-se um questionário estruturado digital, disponibilizado via *Google Forms*. O formulário foi encaminhado aos estudantes por meio de *link* compartilhado nos grupos de *WhatsApp* das turmas do curso de Administração, após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFFS, conforme registro CAAE: 92390725.2.0000.5564, conforme Apêndice II.

O questionário é composto por 20 questões divididas em três blocos: bloco I – Finanças Pessoais e Patrimônio (14 questões); bloco II – Inflação (3 questões); bloco III – Perfil do Respondente (3 questões). As perguntas foram fechadas, estruturadas em escala de múltipla escolha, com o objetivo de coletar dados quantitativos sobre a situação financeira atual dos estudantes, o impacto da inflação e suas estratégias de enfrentamento.

Por se tratar de pesquisa envolvendo pessoas, com questões sensíveis como renda, todos os participantes tiveram que ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de responder ao questionário. O TCLE estava disponível no mesmo *link* do formulário eletrônico, garantindo que apenas os participantes que concordaram com os termos pudessem prosseguir com as respostas.

Os participantes não foram identificados, assegurando a privacidade e o sigilo das informações fornecidas. Os dados coletados, incluindo os questionários e os termos de consentimento foram armazenados digitalmente pelo pesquisador por um

período de cinco anos e serão posteriormente apagados. Como o questionário foi aplicado de forma digital e fora dos espaços físicos da universidade, não foi necessária a autorização institucional formal (Declaração de Ciência e Concordância).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram analisados de forma quantitativa e descritiva, buscando compreender o impacto da inflação nas finanças pessoais e no patrimônio familiar dos estudantes do curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó/SC. Foi realizada uma análise estatística descritiva, com o uso de medidas como frequência, porcentagem, média e mediana, permitindo identificar padrões e tendências relacionados à renda, despesas e estratégias de proteção financeira.

As informações obtidas foram apresentadas em tabelas e gráficos para melhor interpretação e visualização dos resultados. Por fim, os resultados da pesquisa serão divulgados por meio da apresentação pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

4. RESULTADOS

Este capítulo apresenta, analisa e discute os resultados obtidos. Conforme descrito na metodologia, este trabalho adotou uma abordagem de análise quantitativa, por meio da aplicação de um questionário estruturado, conforme Apêndice I. O instrumento de coleta foi elaborado com perguntas fechadas e questões de múltipla escolha, abordando temas como renda familiar, hábitos financeiros, formas de investimento, endividamento, efeitos da inflação e estratégias de proteção do patrimônio, voltado aos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó.

Os dados foram organizados e tratados de forma estatística descritiva, buscando identificar padrões de comportamento financeiro entre os respondentes. Para tanto, foi utilizada a análise de frequência e percentual das respostas, permitindo observar a distribuição das variáveis e a relação entre elas. Os resultados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos, de modo a facilitar a visualização e interpretação das informações coletadas.

A análise buscou compreender como a inflação afeta o orçamento e o patrimônio das famílias dos estudantes, bem como as principais formas de gestão financeira adotadas por elas. Essa etapa relaciona as evidências com os objetivos específicos da pesquisa, apontando de que forma as percepções e práticas dos estudantes se alinham aos conceitos teóricos sobre finanças pessoais, comportamento do consumidor e proteção patrimonial.

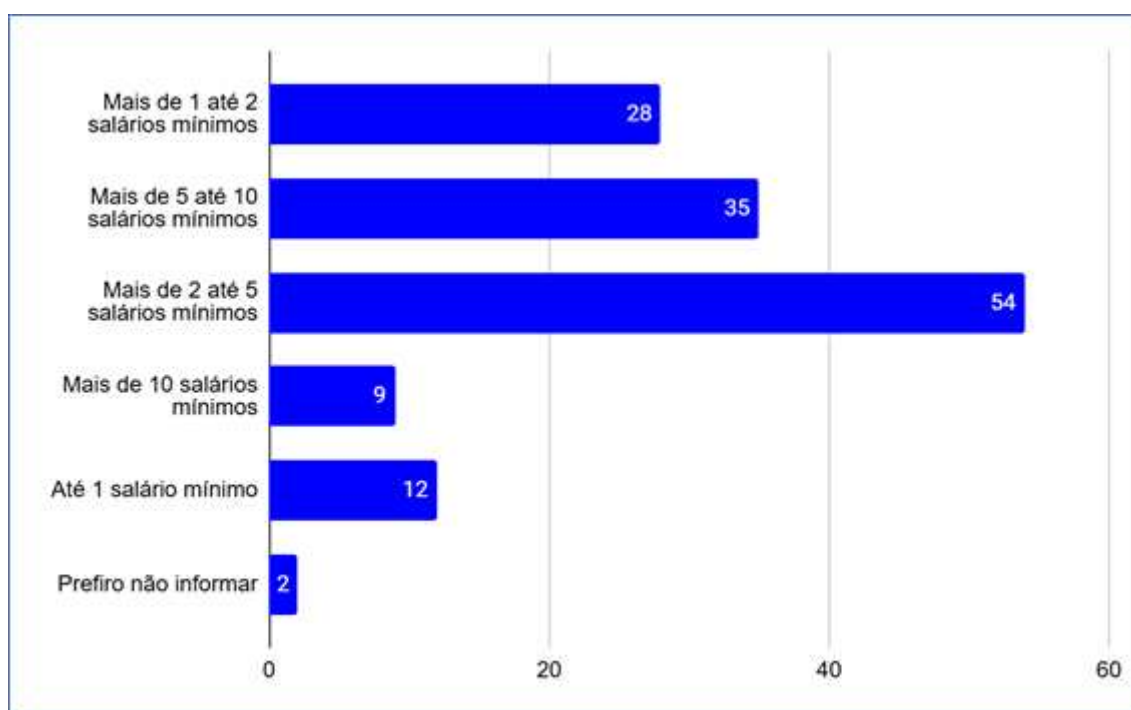
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A amostra foi composta por estudantes do curso de Administração de diferentes períodos, sendo eles equilibradamente do gênero feminino e masculino, mostrando boa aderência dos dois gêneros na pesquisa. Os resultados referente ao período de matrícula mostram uma boa representatividade das fases do curso, o que enriquece a análise e permite observar percepções de alunos com diferentes níveis de experiência acadêmica e de contato com temas de economia e finanças.

Quanto à renda familiar, observou-se concentração na faixa de até de dois até cinco salários mínimos, conforme Gráfico 3, caracterizando um grupo com renda intermediária a baixa, o que é comum entre estudantes de universidades públicas. Essa variável é importante para compreender o comportamento financeiro e a

percepção sobre a inflação, sendo que, famílias com rendas menores são mais sensíveis às variações de preços, pois uma parcela maior de seus recursos é destinada ao consumo essencial, esse que, na maioria das vezes é o mais impactado pela inflação. Esse perfil é coerente com o que apontam Pires (2006) e Lima *et al.* (2018), onde a renda influencia diretamente sobre a capacidade de planejamento financeiro e sobre a percepção das condições econômicas. Para Pires (2006) e Lima *et al.* (2018), quanto menor o poder aquisitivo, maior a vulnerabilidade das famílias diante da inflação e imprevistos financeiros.

Gráfico 3: Renda bruta mensal da família do estudante



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Apesar desse nível de renda, os resultados indicam que a inflação impacta de forma significativa o orçamento familiar, uma vez que o aumento dos preços compromete o poder de compra e limita a capacidade de poupança. Esse contexto demonstra que não apenas famílias de baixa renda enfrentam dificuldades financeiras, mas também aquelas com rendimentos intermediários, sobretudo quando não há planejamento financeiro estruturado e estratégias eficazes de proteção do patrimônio.

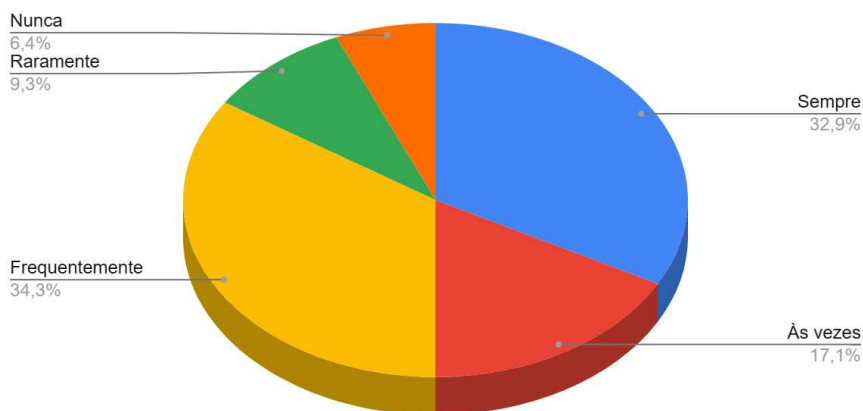
Os resultados obtidos do perfil dos respondentes permitem traçar o perfil socioeconômico dos estudantes como o de jovens adultos em formação acadêmica,

pertencentes a famílias de renda média, e que convivem com desafios de organização financeira e controle de despesas.

4.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA FAMILIAR

Referente à situação financeira das famílias dos estudantes, os resultados indicam que a maior parte dos respondentes considera que a renda familiar é frequentemente suficiente para cobrir as despesas mensais, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4: Renda mensal versus capacidade de pagamento das despesas pessoais da família do estudante



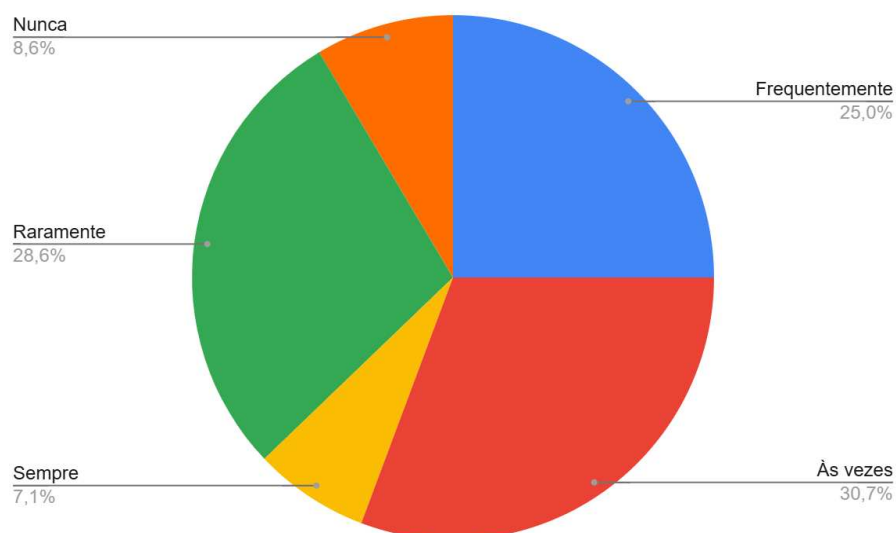
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os resultados do Gráfico 4 indicam que, embora a maior parte dos estudantes considere que a renda familiar é suficiente para cobrir as despesas mensais, essa capacidade ocorre de forma limitada. A predominância das respostas “frequentemente” e “às vezes” demonstra que o equilíbrio financeiro das famílias é frágil, não garantindo estabilidade no longo prazo. Esse cenário evidencia que, em um contexto de inflação, a renda atende prioritariamente às necessidades básicas, restringindo o consumo discricionário e dificultando a realização de investimentos ou a formação de poupança.

Já de acordo com o Gráfico 5, nota-se que a sobra de dinheiro no mês é limitada, o que significa que a renda cobre as despesas, mas não deixa sobras para investimentos ou lazer. Conforme destaca Souza e Bragato (2021), o controle consciente dos gastos é um fator determinante para manter a sustentabilidade financeira, mesmo em contextos de restrição orçamentária. Então, pode-se constatar

que o equilíbrio financeiro instável define famílias com orçamento limitado, onde a renda cobre as necessidades básicas, mas dificilmente permite a formação de uma reserva (poupança).

Gráfico 5: Sobras mensais de dinheiro a partir da renda do estudante



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise do gráfico 5 mostra ainda que a sobra de dinheiro ao final do mês é rara, o que pode indicar limitação financeira e dependência de crédito em situações recorrentes. Quando há sobra, o dinheiro é frequentemente direcionado para lazer, alimentação e compras, confirmando o padrão de consumo imediato (Tabela 1) apontado por Souza *et al.* (2019), e, segundo eles, o comportamento financeiro dos jovens tende a priorizar o curto prazo, não havendo entendimento sobre a utilização do crédito, gerando endividamento. Esse resultado indica que, mesmo quando as despesas são cobertas, a renda não gera excedentes financeiros consistentes, o que compromete a criação de reservas para emergências. A ausência de poupança torna as famílias mais vulneráveis aos efeitos da inflação, aumentando a dependência de crédito e o risco de endividamento diante de imprevistos financeiros.

Tabela 1: Gastos escolhidos diante da sobra de dinheiro da família

Descrição	Quantidade	Percentual
Lazer, entretenimento e cultura	81	19,52%
Viagens	40	9,64%
Alimentação	73	17,59%
Vestuário	58	13,98%
Transporte	26	6,27%
Moradia	23	5,54%
Saúde e medicamentos	38	9,16%
Beleza e higiene pessoal	46	11,08%
Nenhuma das alternativas	6	1,45%
Nunca sobra	6	1,45%
Outro	18	4,34%
Totais	415	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam que, em menor proporção, aparecem cortes em áreas como saúde, medicamentos e moradia, o que sugere que essas despesas são priorizadas e evitadas sempre que possível. Esses resultados reforçam que a inflação impõe ajustes no padrão de consumo das famílias, restringindo a capacidade de planejamento financeiro e dificultando a formação de reservas, o que aumenta a vulnerabilidade financeira diante de imprevistos.

Essas informações reforçam que a capacidade de poupar e investir é reduzida entre os estudantes e suas famílias, o que os torna mais vulneráveis aos efeitos da inflação, fenômeno que, segundo Pires (2006) e Lima, *et. al.* (2018), impacta de forma mais intensa as classes médias e baixas, justamente por comprometer o poder de compra e a segurança financeira.

4.3 GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

A pesquisa mostra que parte significativa dos estudantes realiza algum tipo de controle financeiro, seja por planilhas, aplicativos ou anotações manuais. Contudo, uma parcela considerável declarou não possuir controle dos gastos, o que pode comprometer o planejamento financeiro familiar. Segundo Malassie (2018) e Santos, Veronese e Longo (2022), a gestão adequada das finanças pessoais depende da

consciência sobre receitas e despesas, sendo o controle o primeiro passo para alcançar estabilidade e independência financeira.

Entre as estratégias de proteção mais citadas, conforme mostra a Tabela 2, estão a formação de reserva de emergência em conta corrente e/ou aplicações e o controle consciente dos gastos, evitando gastos desnecessários. De acordo com Magalhães e Montreuil (2021), a adoção de estratégias básicas de organização financeira demonstra uma tentativa de adaptação às incertezas econômicas, embora a falta de conhecimento sobre investimentos limite o fortalecimento do patrimônio.

Tabela 2: Estratégias utilizadas pela família na proteção das finanças e patrimônio

Descrição	Quantidade	Percentual
Reservas de emergência em conta corrente	51	19,32%
Reserva em aplicações financeiras	57	21,59%
Investe em bens de fácil liquidação (venda)	10	3,79%
Procura comprar somente a vista	24	9,09%
Evita gastos não essenciais	62	23,48%
Evita se envolver em jogos e apostas	47	17,80%
Nenhuma das alternativas	11	4,17%
Outro	2	0,76%
Totais	264	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ainda de acordo com a tabela 2, percebe-se que estudantes adotam diferentes estratégias para proteger suas finanças pessoais diante das incertezas econômicas, com destaque para a formação de reservas de emergência e o controle consciente dos gastos, práticas fundamentais para a estabilidade financeira no curto e médio prazo. A utilização de aplicativos financeiros e investimentos de menor risco, como renda fixa e poupança, também demonstra uma busca por maior organização e segurança no gerenciamento dos recursos. No entanto, a expressiva parcela de respondentes que evita gastos não essenciais reforça um comportamento predominantemente reativo frente à inflação, indicando que, embora haja esforços de adaptação, ainda existem limitações quanto ao acesso à informação e à diversificação de estratégias financeiras mais eficientes.

Assim, percebe-se que, embora haja conscientização sobre a importância do controle, a educação financeira na prática ainda é insuficiente, refletindo a necessidade de maior integração desse tema no contexto acadêmico e familiar.

4.4 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

Os resultados indicam que uma parcela relevante dos respondentes possui dívidas, principalmente relacionadas a empréstimos bancários, conforme a Tabela 3. Esse padrão é coerente com a análise de Lima *et. al* (2018), que destacam o uso do crédito como um mecanismo para compensar e equilibrar o orçamento familiar, especialmente em contextos de renda limitada e aumento de preços.

Tabela 3: Na falta de dinheiro a família recorre

Descrição	Quantidade	Percentual
Empréstimo bancário (consignado, cartão de crédito, outros)	72	38,92%
Empréstimo com familiares e amigos	41	22,16%
Empréstimo com terceiros	8	4,32%
Deixa de pagar alguma conta	34	18,38%
Nenhuma das alternativas	22	11,89%
Outro	8	4,32%
Totais	185	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A dependência do crédito, no entanto, pode gerar vulnerabilidade financeira, já que compromete parte da renda futura e dificulta a formação de reservas e poupança. Souza *et al.* (2019) explicam que o endividamento recorrente está na maioria das vezes associado à falta de planejamento e ao desconhecimento das consequências de juros e parcelamentos. Essas práticas mantêm as famílias presas a um ciclo de dependência financeira, dificultando o crescimento do patrimônio e aumentando a sensibilidade às variações da inflação.

Além disso, Magalhães e Montreuil (2021) apontam que o crédito, quando utilizado sem controle, transforma-se em uma armadilha financeira, especialmente entre jovens que ainda estão em fase de consolidação da independência econômica. Assim, os resultados indicam que, embora o crédito seja uma ferramenta importante para ampliar o acesso a bens e serviços, o uso inadequado pode prejudicar a estabilidade financeira e afetar o bem-estar e o patrimônio das famílias.

4.5 PERCEPÇÕES SOBRE A INFLAÇÃO

Os dados mostram que a maioria dos estudantes reconhece que a inflação afeta diretamente as finanças familiares, sobretudo pela elevação dos preços de

produtos e serviços básicos. Quando o estudante foi questionado se ele percebe que a inflação afeta as finanças pessoais e de sua família, somente 13 dos 140 questionados afirmaram que não há esta percepção. Por outro lado, 127 estudantes manifestaram essa percepção do impacto da inflação. Essa percepção reforça o que Wataya *et al.* (2020) descrevem o desafio de ajustar as despesas diante dos aumentos de preços sem afetar as finanças da casa.

De acordo com a Tabela 4, os respondentes relataram que, devido ao aumento dos custos, foi necessário reduzir gastos com lazer, alimentação fora de casa e vestuário, além de adiar planos de investimento ou aquisição de bens. Essa postura reforça as observações de Pires (2006) e Lima *et. al* (2018), para quem a inflação altera os padrões de consumo, forçando as famílias a priorizarem despesas essenciais e limitando a construção de patrimônio.

Tabela 4: Diante da percepção dos efeitos da inflação a família teve que reduzir gastos

Descrição	Quantidade	Percentual
Diminuir seus gastos com alimentação	64	14,61%
Diminuir seus gastos com transporte	36	8,22%
Diminuir seus gastos com vestuário	86	19,63%
Diminuir seus gastos com saúde e medicamentos	23	5,25%
Diminuir seus gastos com moradia	24	5,48%
Diminuir seus gastos com viagens	77	17,58%
Diminuir seus gastos com lazer, entretenimento e cultura	83	18,95%
Diminuir seus gastos com beleza e higiene pessoal	36	8,22%
Nenhuma das alternativas	9	2,05%
Outro	0	0,00%
Totais	438	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse comportamento indica uma estratégia de adaptação diante da perda do poder de compra, na qual as famílias priorizam despesas básicas e buscam manter o equilíbrio financeiro. No entanto, observa-se que até mesmo gastos essenciais, como alimentação, transporte, saúde e moradia, também foram reduzidos por parte dos respondentes, o que reforça a intensidade dos efeitos inflacionários sobre a renda familiar.

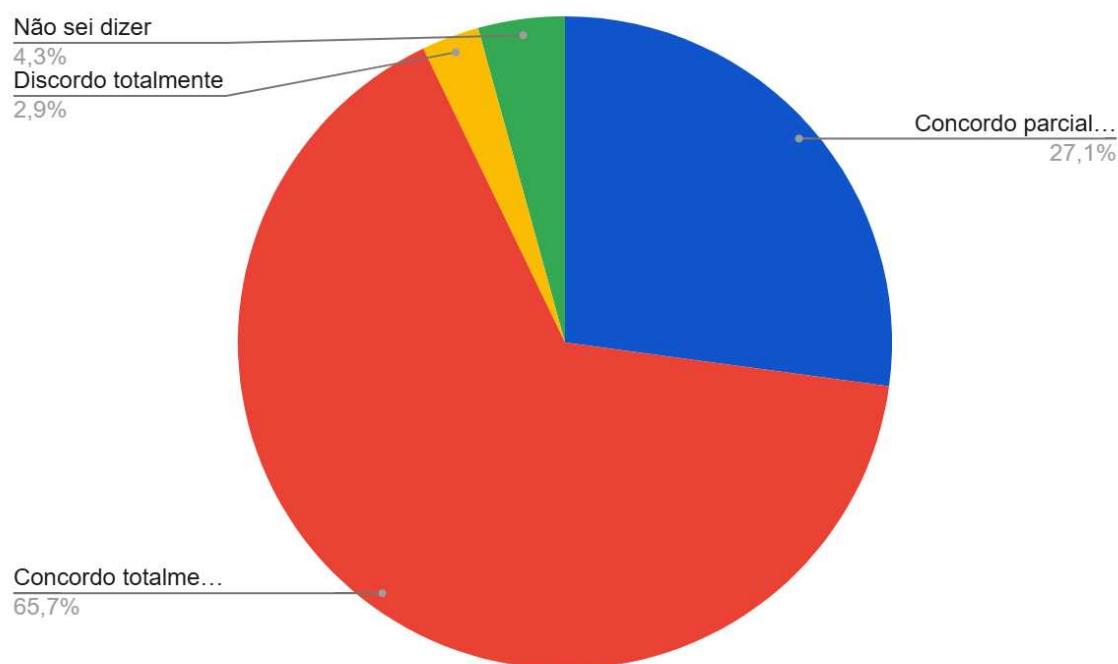
Esses resultados também indicam um grau de consciência financeira entre os participantes. De acordo com Borgheri (2025), a elevação contínua dos preços reduz o poder de compra dos indivíduos, tornando essencial compreender a dinâmica da

inflação para identificar perdas no consumo e adotar estratégias capazes de proteger e preservar o patrimônio ao longo do tempo. Assim, os estudantes demonstram perceber os efeitos práticos da inflação, mesmo que ainda enfrentam dificuldades em minimizá-los.

4.6 INFLUÊNCIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Gráfico 6, os resultados apontam que a maioria dos estudantes reconhece que o curso de Administração contribuiu para ampliar a compreensão sobre finanças pessoais, patrimônio e inflação.

Gráfico 6: Contribuição do curso de administração na compreensão sobre finanças pessoais, patrimônio e inflação



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Essa percepção confirma o papel da graduação, que, segundo Souza *et al.* (2021), é fundamental para o desenvolvimento de competências voltadas à gestão eficiente dos recursos e à tomada de decisão consciente.

O curso, ao abordar conteúdos como economia, finanças e contabilidade, auxilia na construção de conhecimento crítico e aplicado, permitindo que os estudantes compreendam de forma mais clara o funcionamento das variáveis econômicas e sua influência no dia-a-dia. Souza *et al.* (2021) destacam que o ensino de finanças no ensino superior deve promover autonomia e reflexão, possibilitando

ao estudante desenvolver hábitos financeiros sustentáveis e alinhados à realidade social.

Ainda assim, parte dos participantes relatou que discorda ou concorda parcialmente que a abordagem os auxiliou na compreensão sobre o tema, o que converge com a defesa de Silva e Powell (2015) pela ampliação das ações de educação financeira. Isso reforça a importância de que os cursos de Administração mantenham o vínculo entre teoria e prática, preparando profissionais capazes de aplicar o conhecimento adquirido na gestão das próprias finanças e no contexto das organizações.

4.7 ALTERNATIVAS DE PROTEÇÃO FINANCEIRA DIANTE DA INFLAÇÃO

Diante dos impactos do processo inflacionário identificados neste estudo, algumas alternativas podem contribuir para a proteção das finanças pessoais e do patrimônio das famílias dos estudantes investigados. Destaca-se a importância da organização do orçamento familiar, por meio do controle sistemático de receitas e despesas, utilizando planilhas eletrônicas ou aplicativos de organização financeira, como ferramentas de apoio ao planejamento.

A formação de uma reserva de emergência mostra-se fundamental para enfrentar imprevistos sem a necessidade de recorrer ao endividamento. Recomenda-se ainda a redução de gastos supérfluos, a priorização das despesas essenciais e o planejamento consciente do consumo. Sempre que possível, sugere-se a busca por aplicações financeiras de baixo risco, que auxiliem na preservação do poder de compra frente à inflação. Além disso, a educação financeira contínua é essencial para fortalecer a tomada de decisões conscientes, promovendo maior estabilidade financeira e contribuindo para a manutenção e o crescimento do patrimônio familiar ao longo do tempo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral do estudo que buscou compreender a gestão das finanças pessoais, do patrimônio e do processo inflacionário na vida das famílias dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó/SC, de forma geral, os resultados demonstram que os estudantes de Administração da UFFS vivem uma realidade de renda estável, porém limitada, onde a renda é suficiente para cobrir as despesas, mas a poupança e os investimentos ainda são restritos. Essa condição os torna vulneráveis a oscilações inflacionárias, mesmo que demonstrem conscientização sobre a importância do controle financeiro e da reserva de emergência. Essas afirmações corroboram com as considerações de autores como Pires (2006) e Lima *et al.* (2018) sobre a fragilidade orçamentária típica de famílias de renda intermediária. Essa realidade se agrava frente ao aumento contínuo dos preços, uma vez que, conforme observado por Bresser Pereira e Nakano (1991), a inflação reduz o poder de compra e compromete a previsibilidade financeira das famílias. Por isso, exige reorganização constante do orçamento.

Em relação a gestão financeira pessoal, quando desenvolvida, atua como um fator de proteção diante das variações econômicas, onde o conhecimento sobre finanças reduz o impacto negativo da inflação e melhora a estabilidade patrimonial. Observa-se que o curso de Administração tem contribuído para a formação de uma consciência financeira. Os estudantes demonstram entender a importância da educação financeira e de estratégias de proteção familiar, ainda que enfrentem barreiras práticas para implementá-las. O estudo também apontou que o curso de Administração exerce um papel relevante na formação financeira dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos necessários ao gerenciamento do orçamento familiar. Essa percepção aproxima-se da análise de Powell (2015), que destaca a importância da educação formal como meio de desenvolver competências de planejamento e controle financeiro. Contudo, parte dos estudantes mencionou que o curso pouco contribuiu para a formação de consciência financeira, havendo a necessidade de ampliar ações e práticas de educação financeira que saiam da teoria e se conectem com a realidade vivida pelos estudantes.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações devem ser destacadas. A amostra restringe-se aos estudantes do curso de Administração da UFFS – Campus Chapecó, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos acadêmicos. Além disso, os dados foram coletados por meio de autorrelato, o que depende da percepção e sinceridade dos participantes, e a amostragem não probabilística por conveniência limita a representatividade estatística. Ainda assim, essas limitações não comprometem a relevância do estudo, mas abrem caminhos para pesquisas futuras. Também se destaca como limitação o recorte temporal, pois os dados refletem a situação econômica dos participantes em um momento específico.

Dessa forma, recomenda-se que estudos posteriores ampliem a análise para estudantes de diferentes cursos e instituições, investiguem a evolução das práticas financeiras ao longo do tempo ou explorem comparações entre estudantes trabalhadores e não trabalhadores. Também se sugere o aprofundamento da temática da educação financeira no ambiente acadêmico, considerando sua importância para reduzir o endividamento jovem e para fortalecer hábitos de poupança e planejamento patrimonial.

Em síntese, conclui-se que, embora os participantes demonstrem certo equilíbrio financeiro, a inflação continua impactando significativamente suas famílias, tornando necessário fortalecer ações de educação financeira e incentivar práticas de planejamento que permitam maior segurança econômica e autonomia patrimonial. O estudo, portanto, contribui para ampliar o entendimento sobre a realidade financeira dos estudantes e reforça a importância de políticas e práticas educativas que auxiliem na construção de uma vida financeira mais estável e consciente.

Este trabalho contribuiu significativamente para a formação da autora como administradora, ao possibilitar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos em finanças, inflação e planejamento financeiro. O estudo ampliou a capacidade analítica, a visão crítica sobre a realidade financeira das famílias e reforçou a importância da educação financeira e da tomada de decisões baseadas em dados.

6. RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se o fortalecimento da educação financeira entre os estudantes e suas famílias, com foco no planejamento do orçamento, no controle consciente das despesas e no uso responsável do crédito. A adoção de ferramentas digitais, como aplicativos de organização financeira, pode contribuir para um melhor acompanhamento dos gastos e para a definição de metas financeiras mais realistas. Além disso, destaca-se a importância da formação gradual de reservas financeiras, mesmo que em pequenos valores, como forma de proteção diante dos efeitos da inflação e de imprevistos econômicos. Torna-se relevante também ampliar a conscientização sobre o impacto da inflação no poder de compra, incentivando a priorização de despesas essenciais e a revisão contínua do padrão de consumo.

Por fim, sugere-se que o curso de Administração reforce a abordagem prática das finanças pessoais ao longo da formação acadêmica, contribuindo para que os futuros administradores desenvolvam maior capacidade de gestão financeira pessoal e familiar.

REFERÊNCIAS

ALENCAR DE FIGUEIREDO, Erik; MARQUES, André M. Inflação inercial como um processo de longa memória: análise a partir de um modelo ARFIMA-FIGARCH. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 281–306, jun. 2009. DOI: [10.1590/S0101-41612009000200008](https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000200008). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/K53M8Cz85Ft8rH7nM7yh9zz/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. **O que é patrimônio familiar?** Certifiquei, 2021. Disponível em: <https://www.certifiquei.com.br/patrimonio-familiar/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20patrim%C3%B4nio%20familiar.Ve%C3%ADculos>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. Patrimônio familiar: entenda como construir e sua importância. **Certifiquei**, 2021. Disponível em: <https://www.certifiquei.com.br/patrimonio-familiar/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

AMÂNCIO VIEIRA, Saulo Fabiano; MANFRE BATAGLIA, Regiane Tardiolle; SEREIA, Vanderlei José. Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança: Uma Análise dos Alunos de uma Universidade Pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273721469004>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas para a inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Metas para a inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de inflação: março 2025. **Brasília: Banco Central do Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

BORGHERI, Estela. **O índice de inflação oficial parece sempre menor que sua inflação real? Como proteger seu patrimônio**. Bora Investir, 2025. Disponível em: https://borainvestir.b3.com.br/colunistas/estela-borgheri/o-indice-de-inflacao-oficial-parece-sempre-menor-que-sua-inflacao-real-como-protetger-seu-patrimonio/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 out. 2025.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4 (44), p. 90 a 93, 1991.

BTG PACTUAL. **Tudo sobre inflação: o que é, histórico, índices e mais**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://content.btgpactual.com/blog/financas/tudo-sobre-inflacao>. Acesso em: 20 abr. 2025.

CARRARA, Anieli Fagundes; CORREA, André Luiz. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 441–462, set./dez. 2012. DOI: [10.1590/S1415-98482012000300004](https://doi.org/10.1590/S1415-98482012000300004). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/QGwppNL8SgXxgHBRFBgnPvm/>. Acesso em: 7 abr. 2025.

CAVANLCANTI, Ricardo de Oliveira. Inflação, estagnação e incerteza: Teoria da experiência brasileira. **Fundação Getúlio Vargas - Escola de Pós-Graduação em Economia**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/dd587dc5-2ea5-412a-b6dd-addb9d898527/content>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Deflação: o que é e como impacta a economia. **Serasa**, 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/blog/deflacao/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

DICIONÁRIO JURÍDICO. **Patrimônio familiar**. Disponível em: <https://dicionariojuridico.com/glossario/p/patrimonio-familiar/>. Acesso em: 31 out. 2025.

Entenda como funciona o cálculo das taxas de inflação. **Agência Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/entenda-como-funciona-o-calculo-das-taxas-de-inflacao>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FACULDADE LUCIANO FEIJÃO. **Manual de Metodologia da Pesquisa – Engenharia Civil** (Bacharelado) / Saulo Passos Ramos; Rogeane Moraes Ribeiro (org.). Sobral – CE: Faculdade Luciano Feijão, 2022. ISBN 978-65-85068-06-2. Disponível em: https://flucianofejiao.com.br/flf/wp-content/uploads/2022/03/2022_MANUAL-DE-METODOLOGIA-DA-PESQUISA_ENGENHARIA.pdf. Acesso em: 27 de abr. 2025.

Formação de patrimônio. **Legale Educacional**, 2025. Disponível em: <https://legale.com.br/blog/formacao-de-patrimonio/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIAMBIAGI, Fabio. “Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC”. In.: Giambiagi, F.; Villela, A.; Castro, L. B.; Hermann, J. (orgs), **Economia Brasileira Contemporânea**, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. A inflação (brasileira) segundo Marx. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, p. 26–45, out./dez. 1984. DOI: [10.1590/0101-31571984-4026](https://doi.org/10.1590/0101-31571984-4026). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/qYKfBKHPJQGNFBWV5r56QzP/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GUIMARÃES, Andréa Angelo Vaz. **Análise e decomposição da inflação em três aspectos: inércia, fatores macroeconômicos e choques**. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) - Fundação Getulio Vargas - Escola de economia de São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/7231b836-e4bd-4c43-9872-40ef5c22cbcd>>. Acesso em: 23 mar. 2025.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil: 13ª edição**. São Paulo: Instituto Semesp, 2023. 296 p. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2023.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

JACINTO, Aline de Sousa; TORISU, Edmilson Minoru. **Educação financeira por meio do tema inflação: estudantes realizando novas leituras do mundo**. *Educação Matemática Debate*, Ponte Nova, MG, 2025. ISSN 2526-6136. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/emd/article/view/7595>. Acesso em: 13 jul. 2025.

KERNKRAUT, Arthur; MAGNA, Lucas Yamamoto. Governança familiar: como manter o patrimônio da família. **FGV Invest – Short Studies Series, Fundação Getulio Vargas**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/e7c5e1f3-7c8d-4e86-9f53-304d9a7553e8>. Acesso em: 28 mar. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Ruth Sândilla; SILVA, Josely da; OLIVEIRA, Ivan de; RODRIGUES, Edilson Martins. **O estudo das finanças pessoais em nível universitário**. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 2, p. e1982656, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i2.656.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/656/658>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MAGALHÃES, Rachel Christine; MONTREUIL, Charles Ulises. **A educação financeira na tomada de decisões dos jovens universitários: um estudo considerando as novas tecnologias bancárias e digitais**. Revista de Administração e Política Monetária, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/view/243395/33878>. Acesso em 06 out. 2025.

MALASSISE, Regina Lucia Sanches. **Apostila Básico em Finanças Pessoais**, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/42930242/APOSTILA_B%C3%81SICO_EM_FINAN%C3%87AS_PESSOAIS. Acesso em: 27 mar. 2025.

MARTINEZ, Thiago Sevilhano; CERQUEIRA, Vinícius dos Santos. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 409–456, ago. 2013. DOI: [10.1590/S0104-06182013000200005](https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000200005). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/yjKwPjkYXJc8GBk6cJcKHfM/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. **Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria - RS**. Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios, 2014. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/1966/1688>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MEDEIROS, F. S. B.; LOPES, T. A. M. Finanças pessoais: um estudo com alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 2, p. 221-251, 2014.

O que é deflação e como impacta a economia? InfoMoney, 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/deflacao/#:~:text=Tal%20din%C3%A2mica%20pode%20criar%20um,reduzir%20ainda%20mais%20os%20pre%C3%A7os.> Acesso em: 2 abr. 2025.

Percepção econômica familiar: influências e importância nas finanças. Galícia Educação, 2025. Disponível em: <https://www.galiciaeducacao.com.br/blog/percepcao-economica-familiar-influencias-e-importancia-nas-financas/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PEREIRA, Leonardo Michel França Costa. **Como podemos explicar os ciclos inflacionários recentes do Brasil?**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/2db3840c-29a0-4522-a378-16b1bbb86a6d>. Acesso em: 2 abr. 2025.

PORTO, Luciano. **Muito além do dinheiro: a governança do patrimônio familiar.** EXAME, 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/muito-alem-do-dinheiro-a-governanca-do-patrimonio-familiar/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PRATES, Daniela Magalhães. **O regime de câmbio flutuante no Brasil: 1999–2012: especificidades e dilemas.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2015. 180 p. ISBN 978-85-7811-232-5. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3901/1/O%20regime%20de%20c%C3%A2mbio%20flutuante%20no%20Brasil_1999-2012.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Tiago. **Patrimônio familiar: aprenda a construir de forma sólida e segura.** Suno, 2020. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/patrimonio-familiar/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, João Renan Almeida dos; VERONESE, Arthur Longo; LONGO, Luci. **Finanças pessoais e desafios atuais: uma pesquisa com estudantes universitários para estruturação de um App financeiro e pedagógico.** *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 535-559, 2022. DOI: 10.13058/raep.2022.v23n3.2228. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/2228/549>. Acesso em 22 de set. 2025.

SENADO FEDERAL. **Antes do Plano Real, a inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano.** Senado Notícias, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano>. Acesso em: 8 abr. 2025.

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil); Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). **Oito em cada dez brasileiros não sabem como controlar as próprias despesas, mostra estudo do SPC Brasil.** [S.l.]: SPC Brasil; CNDL, 2013. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_pesquisa_educacao_financeira_vf.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVA, Alessandro José da; SIMÕES, Eliane Antonio; CUNHA JUNIOR, Hamilton Moreira da; FURLAN, Humber; PIRES, Vinícius Rodrigues Silva. **Método de pesquisa survey – estudo do método e aplicações na engenharia de produção.** In: XIV WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA: Tecnologia, inovação e sustentabilidade: 50 anos de Cursos de Tecnologia no Brasil, São Paulo, 08-11 out. 2019. Anais [...]. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019. p. 540–549. ISSN 2175-1897.

SILVA, Ana Luiza Paz; BENEVIDES, Felipe Torres; DUARTE, Flávio Viana; OLIVEIRA, Jellinek da Nobrega; CORDEIRO, Rebeca. **Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB**. Revista Principia, 2018. João Pessoa - PB. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/2174/885>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SILVA, Amarildo Melchiádes; POWELL, Arthur Belford. Educação Financeira na escola: a perspectiva da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico. **Boletim GEPEM**, n. 66, p. 3-19, 2015.

SILVA, Camila Tavares Correia da; LEVINO, Natallya de Almeida; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos (Organizadores). Finanças pessoais para iniciantes. **Projeto Mulungú - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)**. Maceió, 2019.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4ª ed., Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175228/6/Texto%20Base%20Unidade%2003%20TCC%20vp.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

SOUZA, Guilherme Santos; ARANTES, Pedro Paulo Melo; ROGERS, Pablo; ROGERS, Dany. **Conhecimento financeiro em estudantes universitários: análise pela Teoria de Resposta ao Item**. Revista de Educação Matemática, São Paulo: Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2021. ISSN 2526-9062. Disponível em: [Vista do Conhecimento financeiro em estudantes universitários: análise pela Teoria de Resposta ao Item](#). Acesso em: 13 jul. 2025.

SOUZA, Milene Firmino de; BRAGATO, Cláudia Guio. **Planejamento financeiro pessoal e familiar: um estado cultural e comportamental dos brasileiros**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina. Colatina, 2021. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/2140/TCC_Planejamentofinanceiropessoalefamiliar.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 mar. 2025.

Tipos de revisão de literatura. UNESP – Faculdade de Ciências Agrônômicas. Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

WATAYA, Roberto Sussumu. FRAUCHES, Patricia. BERGAMO, Andressa Ferreira. Finanças pessoais na palma da mão: um relato de experiência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 07, Vol. 05, pp. 109-124. Julho de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/tecnologia/financas-pessoais>. Acesso em: 3 abr. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUFFO, Vicente Matheus Moreira. **Análise dos efeitos da política monetária sobre a persistência inflacionária no Brasil**. 2015. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/48575192-939b-49a1-80e6-f82e6bd46c23/full>. Acesso em: 6 abr. 2025.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Bloco I - Finanças Pessoais e Patrimônio

1. Qual a renda bruta mensal aproximada do sua família (considerando bolsa, estágio, trabalho, aluguéis lucros ou retiradas de empresa, rendimentos financeiros, etc.) em salários mínimos (salário mínimo atual R\$ 1.518,00)? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 1 salário mínimo
- Mais de 1 até 2 salários mínimos
- Mais de 2 até 5 salários mínimos
- Mais de 5 até 10 salários mínimos
- Mais de 10 salários mínimos
- Prefiro não informar

2. A renda mensal da família é suficiente para pagar todas as despesas pessoais suas e demais membros? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

3. Ao final do mês, geralmente sobra dinheiro da sua renda. *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

4. Quando sobra dinheiro na sua família, ele é utilizado para qualificar (você pode ^{*} selecionar mais de uma opção):

Marque todas que se aplicam.

- Lazer, entretenimento e cultura
- Viagens
- Alimentação
- Vestuário
- Transporte
- Moradia
- Saúde e medicamentos
- Beleza e higiene pessoal
- Nenhuma das alternativas
- Nunca sobra
- Outro: _____

5. Quando falta dinheiro na sua família, é deixado de ser utilizado em (você pode selecionar mais de uma opção):

Marque todas que se aplicam.

- Lazer, entretenimento e cultura
- Viagens
- Alimentação
- Vestuário
- Transporte
- Moradia
- Saúde e medicamentos
- Beleza e higiene pessoal
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

6. Quando sobra dinheiro na sua família, ele é utilizado para ampliar o bens da família em: *(você pode selecionar mais de uma opção)*. *

Marque todas que se aplicam.

- Aquisição de Imóvel (casa, terreno, apartamento, etc.)
- Aquisição de bens para a casa (eletrodomésticos, mobília, utensílios)
- Aquisição de bens como computadores, impressoras, celulares ou similares
- Aplicações financeiras (poupança, renda fixo ou variável, demais aplicações)
- Nunca sobra
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

7. Quando falta dinheiro na sua família, é deixado de ser utilizado para ampliar o bens da família em: *(você pode selecionar mais de uma opção)*. *

Marque todas que se aplicam.

- Aquisição de Imóvel (casa, terreno, apartamento, etc.)
- Aquisição de bens para a casa (eletrodomésticos, mobília, utensílios)
- Aquisição de bens como computadores, impressoras, celulares ou similares
- Aplicações financeiras (poupança, renda fixo ou variável, demais aplicações)
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

8. Quando sobra dinheiro na sua família, ele é utilizado para pagamento de dívidas originadas de: *(você pode selecionar mais de uma opção)*. *

Marque todas que se aplicam.

- Financiamento de Imóveis (casa, terreno, apartamento, etc)
- Financiamento de bens para casa (eletrodomésticos, mobília, utensílios)
- Financiamento de bens como computadores, impressoras, celulares ou similares
- Parcelamento de cartão de crédito, empréstimos consignados
- Parcelamento de vestuário, alimentação, moradia, beleza, saúde, transporte, medicamentos
- Parcelamento de viagens, lazer, entretenimento, cultura
- Nunca sobra
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

9. Quando falta dinheiro na sua família, ela recorre a: (você pode selecionar mais de uma opção).

Marque todas que se aplicam.

- Empréstimo bancário (consignado, cartão de crédito, outros)
 Empréstimo com familiares e amigos
 Empréstimo com terceiros
 Deixa de pagar alguma conta
 Nenhuma das alternativas
 Outro: _____

10. Sua família já teve que se desfazer/vender algum bem patrimonial em função do endividamento? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

11. Se na questão anterior você respondeu SIM. Qual bem patrimonial sua família se desfez/vendeu?

Marque todas que se aplicam.

- Imóvel (casa, terreno, apartamento, etc.)
 Bens da casa (eletrodomésticos, mobília, utensílios)
 Bens como computadores, impressoras, celulares ou similares
 Bens móveis (carro, moto, bicicleta etc)
 Nenhuma das alternativas
 Outro: _____

12. Sua família adota estratégias para proteção de suas finanças e patrimônio. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

13. Se na questão anterior você respondeu SIM: Sua família utiliza como estratégias de proteção das finanças e patrimônio (*você pode selecionar mais de uma opção*).

Marque todas que se aplicam.

- Reservas de emergência em conta corrente
- Reserva em aplicações financeiras
- Investe em bens de fácil liquidação (venda)
- Procura comprar somente à vista
- Evita gastos não essenciais
- Evita se envolver em jogos e apostas
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

14. Sua família costuma controlar seus gastos mensais por meio de planilha, aplicativo ou anotações. *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

Bloco II – Inflação

15. Você sente que a inflação afeta as finanças pessoais da sua família atualmente. *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16. Se na questão anterior você respondeu SIM : A inflação obrigou você ou sua família a: *(você pode selecionar mais de uma opção)*.

Marque todas que se aplicam.

- Diminuir seus gastos com alimentação
- Diminuir seus gastos com transporte
- Diminuir seus gastos com vestuário
- Diminuir seus gastos com saúde e medicamentos
- Diminuir seus gastos com moradia
- Diminuir seus gastos com viagens
- Diminuir seus gastos com lazer, entretenimento e cultura
- Diminuir seus gastos com beleza e higiene pessoal
- Nenhuma das alternativas
- Outro: _____

17. Se na penúltima questão você respondeu SIM. A inflação impediu que sua família investisse em bens patrimoniais como: *(você pode selecionar mais de uma opção)*.

Marque todas que se aplicam.

- Imóvel (casa, terreno, apartamento, etc.)
- Bens da casa (eletrodomésticos, mobília, utensílios)
- Bens como computadores, impressoras, celulares ou similares
- Bens móveis (carro, moto, bicicleta etc)
- Nenhuma das opções
- Outro: _____

Bloco III – Perfil do Respondente

18. Qual seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Prefiro não responder

19. Qual o período que atualmente você está matriculado(a)? *

Marcar apenas uma oval.

1º

2º

3º

4º

5º

6º

7º

8º

9º

20. O curso de Administração contribuiu para ampliar sua compreensão sobre finanças pessoais, patrimônio e inflação. *

Marcar apenas uma oval.

Discordo totalmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei dizer

APÊNDICE II - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO: ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFS - CAMPUS CHAPECÓ

CAAE: 92390725.2.0000.5564

NÚMERO DO PARECER DE APROVAÇÃO CEP/UFS: 7.910.705

DATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO CEP: 17/10/2025

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa, **FINANÇAS PESSOAIS E PATRIMÔNIO: ESTUDO NAS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFS - CAMPUS CHAPECÓ**, desenvolvida por **DARLINE HOFFMANN**, discente de graduação em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), Campus de Chapecó sob coordenação do Prof. Dr. Ari Söthe.

O objetivo central do estudo busca compreender a gestão das finanças pessoais, do patrimônio e do processo inflacionário na vida das famílias dos estudantes do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó/SC.

Esse estudo torna-se muito importante pois os resultados permitirão auxiliar a mitigar possíveis dificuldades das famílias dos estudantes na gestão das finanças pessoais.

O convite à sua participação se deve a partir do grupo de estudantes que se pretende estudar. A sua participação não é obrigatória, podendo assim decidir se deseja ou não participar, como também desistir no momento que tiver vontade sem nenhuma penalização. Desta forma, a sua participação é muito importante para a elaboração da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Nesse sentido, você terá garantia, confidencialidade e a privacidade das informações prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na

divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. Ainda a sua participação irá consistir em responder perguntas de um questionário.

O acesso aos dados será restrito ao pesquisador e ao orientador.

A participação na pesquisa poderá causar riscos como a dificuldade nas respostas, no entanto, estes poderão ser minimizados por meio do contato direto a qualquer tempo com o pesquisador. Complementa-se como possíveis riscos à segurança no armazenamento dos dados obtidos. Para evitar esses riscos, após a organização dos dados as respostas serão eliminadas dos arquivos. Caso se sinta constrangido em responder parte ou totalmente o questionário, você poderá deixar de responder certas questões ou também deixar de responder o questionário como um todo. Caso algum risco de segurança e armazenamento se concretize, os respondentes e a Universidade Federal da Fronteira Sul serão comunicados imediatamente, a pesquisa interrompida e dados imediatamente eliminados.

Os benefícios ao participante consistem em se sentir como membro ativo para a melhoria da formação em gestão das finanças pessoais das famílias. Ao final do estudo os respondentes que desejarem receberão os resultados por meio de e-mail. Os resultados serão divulgados em eventos e em forma de Trabalho de Curso disponibilizado na biblioteca virtual da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Caso concorde em participar, selecione a opção “Aceito Participar” e se desejar archive uma via deste termo que ficará em seu poder.

As questões são todas objetivas e sem identificação do respondente. O tempo máximo necessário para resposta é de 5 minutos.

Contato: ari.sothe@uffs.edu.br.

Desde já agradecemos sua participação!

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br

<https://www.uffs.edu.br/uffs/comite-de-etica-em-pesquisa/apresentacao>

Endereço para correspondência: Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.